

Classificações contábeis e valores justos						
<i>Valor justo contra valor contábil</i>						
O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:						
	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros 2013	Total contábil	Valor justo
31 de dezembro 2013						
Caixa e equivalentes de caixa		38.351	-	-	38.351	38.351
Recursos vinculados a projetos - contrato de gestão e convênios	4	9.102.553	-	-	9.102.553	9.102.553
Recursos a receber de projetos - contrato de gestão e convênios	5	-	15.712.276	-	15.712.276	15.712.276
Outros ativos	6 e 7	2.048.362	-	-	2.048.362	2.048.362
Fornecedores	8	-	-	(15.927.749)	(15.927.749)	(15.927.749)
Contrato de gestão e convênios	10	-	-	(1.859.647)	(1.859.647)	(1.859.647)
Outras obrigações	9	-	-	(24.640.542)	(24.640.542)	(24.640.542)
		11.189.266	15.712.276	(42.427.938)	(15.526.396)	(15.526.396)
31 de dezembro 2012						
Caixa e equivalentes de caixa		150.820	-	-	150.820	150.820
Recursos vinculados a projetos - contrato de gestão e convênios	4	9.083.304	-	-	9.083.304	9.083.304
Recursos a receber de projetos - contrato de gestão e convênios	5	-	15.467.292	-	15.467.292	15.467.292
Outros ativos	6 e 7	1.600.981	-	-	1.600.981	1.600.981
Fornecedores	8	-	-	(9.906.744)	(9.906.744)	(9.906.744)
Contrato de gestão e convênios	10	-	-	(3.749.416)	(3.749.416)	(3.749.416)
Outras obrigações	9	-	-	(27.548.252)	(27.548.252)	(27.548.252)
		10.835.105	15.467.292	(41.204.412)	(14.902.015)	(14.902.015)

<p>19. Partes relacionadas O Instituto não possui transações entre partes relacionadas e os membros do conselho de administração deliberativo não são remunerados.</p> <p>20. Informações por projetos As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados do Instituto, bem como seus ativos e passivos, entre os projetos em andamento, descritos na nota explicativa 1. (O quadro referente a esta nota encontra-se publicado acima)</p> <p>21. Tributos e contribuições</p> <p>21.1 Imposto de renda e contribuição social Em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.</p> <p>21.2 PIS O Instituto está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários a alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.</p> <p>21.3 COFINS O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.</p>	<p>21.4 Renúncia fiscal Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta abaixo a renúncia fiscal apurada no exercício de 2013. Abaixo segue os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Sociedade não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.</p> <p>Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo) Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).</p> <p>Com base no estudo baseado nas estimativas acima, o valor das principais renúncias fiscal apurada são:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>Incidentes sobre a receita</i></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita, depois dos descontos</td> <td>207.368.885</td> <td>200.153.946</td> </tr> <tr> <td>ISS 5%</td> <td>10.368.444</td> <td>10.007.697</td> </tr> <tr> <td>PIS 0,65%</td> <td>1.347.898</td> <td>1.301.001</td> </tr> <tr> <td>COFINS 3,0%</td> <td>6.221.067</td> <td>6.004.618</td> </tr> <tr> <td></td> <td>17.937.409</td> <td>17.313.316</td> </tr> <tr> <td><i>Incidentes sobre o Superávit</i></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Déficit do exercício</td> <td>(7.338.912)</td> <td>(6.148.887)</td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSSL 34%</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>17.937.409</td> <td>17.313.316</td> </tr> </tbody> </table>		2013	2012	<i>Incidentes sobre a receita</i>			Receita, depois dos descontos	207.368.885	200.153.946	ISS 5%	10.368.444	10.007.697	PIS 0,65%	1.347.898	1.301.001	COFINS 3,0%	6.221.067	6.004.618		17.937.409	17.313.316	<i>Incidentes sobre o Superávit</i>			Déficit do exercício	(7.338.912)	(6.148.887)	IRPJ e CSSL 34%	-	-		17.937.409	17.313.316	<p style="text-align: center;">* * *</p> <p style="text-align: center;">Gonzalo Vecina Neto Diretor Executivo</p> <p style="text-align: center;">Ana Paula Neves Marques de Pinho Gerente Executiva</p> <p style="text-align: center;">Semne Farah Junior Gerente Financeiro</p> <p style="text-align: center;">Jorge Sadayoshi Ogawa Contador CRC ISP 116558/O-5</p>
	2013	2012																																	
<i>Incidentes sobre a receita</i>																																			
Receita, depois dos descontos	207.368.885	200.153.946																																	
ISS 5%	10.368.444	10.007.697																																	
PIS 0,65%	1.347.898	1.301.001																																	
COFINS 3,0%	6.221.067	6.004.618																																	
	17.937.409	17.313.316																																	
<i>Incidentes sobre o Superávit</i>																																			
Déficit do exercício	(7.338.912)	(6.148.887)																																	
IRPJ e CSSL 34%	-	-																																	
	17.937.409	17.313.316																																	

<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês São Paulo - SP</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p>Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras</p> <p>A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade dos auditores independentes</p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras o Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.</p> <p>Base para opinião com ressalvas</p> <p>Conforme mencionado na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, o Instituto retificou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 01 de janeiro de 2012, contabilizando retrospectivamente, contas a receber e receita naquelas respectivas datas base. O mesmo procedimento foi adotado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pelo reconhecimento de valores de contas a receber e receitas. Entretanto, considerando que o contrato de gestão com o Estado de São Paulo possui repasses fixos anuais e que todos os valores de repasses já haviam sido efetuados ao Instituto durante os exercícios de 2011, 2012 e 2013, não haviam valores a serem recebidos pelo Instituto naquelas respectivas datas base. Conseqüentemente, o contas a receber em 31 de dezembro de 2013 está aumentado e o patrimônio líquido negativo diminuído em R\$ 15.406.577 e o déficit do exercício de 2013 diminuído em R\$ 4.806.105. Contas a receber aumentado e patrimônio líquido negativo diminuído em R\$ 10.600.472 e o déficit do exercício aumentado em R\$ 2.304.240 em 31 de dezembro de 2012 (contas a receber aumentado e patrimônio líquido negativo diminuído em R\$ 9.612.206 em 1º de janeiro de 2012).</p>	<p>Opinião Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Ênfase Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês incorreu em um déficit de R\$ 7.338.912 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e que, naquela data apresentava patrimônio líquido negativo de R\$ 22.240.927 e passivo circulante excedente ao ativo circulante em R\$ 15.566.511, sem considerar os efeitos citados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas" acima. Essas condições, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês.</p> <p>São Paulo, 24 de abril de 2014</p> <p style="text-align: right;">KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6</p> <p style="text-align: right;">Marcos Antonio Boscolo Contador CRC 1SP198789/O-0</p>
---	--